



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XI

PORTO VELHO-RO, SEGUNDA-FEIRA, 02 DE MAIO DE 2022

Nº 075

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIACapa

SUP. DE RECURSOS HUMANOS1382

TAQUIGRAFIA

7ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR SOBRE OS FURTOS DE FIOS QUE AUMENTARAM VERTIGINOSAMENTE NA CAPITAL

EM: 14.04.2022
INÍCIO: 09h31min

PRESIDENTE: SR. EYDER BRASIL

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Eyder Brasil, após aprovação em plenário, realiza esta Audiência Pública para tratar sobre os furtos de fios que aumentaram vertiginosamente na capital. Agradecemos desde já a todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa no Facebook, no YouTube, pela TV Assembleia canal 7.2 e pela Rádio Assembleia.

Neste momento, convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública, o Excelentíssimo Senhor Deputado Eyder Brasil, proponente desta Audiência Pública; Excelentíssimo Senhor Delegado Paulo Kakionis, Diretor do Departamento de Polícia do Interior, representando a Polícia Civil do Estado de Rondônia; Tenente Coronel PM Robinson Brancalhão da Silva, Comandante Regional de Policiamento I da Polícia Militar do Estado de Rondônia; Major PM Amorim,

Comandante do 1º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Rondônia; Capitão PM Castro, representando o 5º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Rondônia; Senhor Gustavo Beltrame, Presidente da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano — Emdur.

Neste momento, Sua Excelência, o Deputado Estadual Eyder Brasil, procederá à abertura desta Audiência Pública.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para tratar sobre os furtos de fios que aumentaram vertiginosamente na capital.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Céus de Rondônia. (Letra de Joaquim de Araújo Lima e música do Dr. José de Melo Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Podeis assentar. Nós gostaríamos de agradecer a presença nesta Casa de Leis das autoridades presentes: Senhor Adriano Campigotto, supervisor de redes da Claro; Senhora Gabriela Castro, engenheira eletricitista da Emdur; Senhor Marco Antônio, analista de patrimônio da Oi; Senhor Eduardo Pires, diretor técnico da Emdur. Devolvemos a palavra ao Deputado Estadual Eyder Brasil para conduzir a presente Audiência Pública.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Obrigado, Zeca. Quero agradecer a Deus pela oportunidade do dom da vida, de estarmos aqui hoje para tratar de um tema tão pertinente em relação ao povo rondoniense, aos empresários rondonienses, às empresas que vieram se instalar aqui no Estado de Rondônia, que são afetadas por esses roubos, por esses furtos.

Quero agradecer aos presentes que foram citados e também quero agradecer a Mesa composta pelo

MESA DIRETORA

Presidente: ALEX REDANO
1º Vice-Presidente: JEAN OLIVEIRA
2º Vice-Presidente: MARCELO CRUZ
1º Secretário: JAIR MONTES
2º Secretário: CIRONE DEIRÓ
3º Secretário: ALEX SILVA
4º Secretário: JHONY PAIXÃO

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Depto. Legislativo - Miranilde Rodrigues do N. Robles
Div. de Publicações e Anais - Eloy Santana Leôncio Almeida

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO



Excelentíssimo Senhor Delegado Paulo Kakionis, o Tenente Coronel PM Robinson, o Major PM Amorim, Capitão PM Castro e o meu amigo Gustavo Beltrame, que aceitaram o nosso convite de vir debater e dialogar esse tema e buscarmos uma solução com esta Casa de Leis. E eu, como membro da Comissão de Segurança Pública e parlamentar que sou, tenho a obrigação de mediar essa discussão, esse diálogo e quem sabe no final dela propormos algumas mudanças nas legislações, criarmos algumas legislações específicas para buscar coibir, para buscar diminuir o índice dessa criminalidade específica. Gostaria de passar a palavra ao Gustavo Beltrame, Presidente da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano — Emdur. Se quiser fazer uso da tribuna, Gustavo, ou se quiser fazer uso aí da sua mesa, do seu local.

O SR. GUSTAVO BELTRAME – Bom dia, Excelentíssimo Senhor Deputado Eyder Brasil. Em seu nome, cumprimento toda a Mesa. Bom dia, Doutor Paulo Kakionis, o qual não tem medido esforços para nos apoiar nessas ações. Bom dia ao Major Amorim. Bom dia ao Delegado, ao Excelentíssimo Senhor Robinson, Tenente Coronel. Bom dia a todos os presentes nesta Casa de Leis.

Muito obrigado, deputado, por esta oportunidade de debater esse assunto de tamanha relevância, porque realmente tem atingido inúmeros cidadãos e tem causado um prejuízo enorme aos cofres públicos desta capital. A gente tem trabalhado incansavelmente para repor os materiais furtados, que incansavelmente tem acontecido na nossa cidade.

Recentemente tivemos algumas ações junto com a delegacia de polícia, com a Polícia Civil, a Polícia Militar, com a Emdur, e com algumas outras Secretarias da Prefeitura a fim de fazer uma fiscalização em alguns desmanches, em alguns sucateiros, em alguns ferros-velhos da nossa cidade. Fizemos algumas ações e detectamos algumas irregularidades nesses locais. Mas, infelizmente, as leis federais não nos permitem apreender, fazer... Aliás, eu vou deixar essa palavra para o Dr. Paulo, que tem mais conhecimento dessa parte.

Na questão dos furtos em si, que prejudicam a nossa parte — a Emdur, que é a iluminação pública —, recentemente tivemos um furto no Espaço Alternativo, onde centenas e centenas de pessoas fazem os seus exercícios ali diariamente. No começo do mês de março, tivemos uma ocorrência ali, na qual detectamos que aquela passarela, um monumento muito bonito, o qual o Governo do Estado entregou aquela obra, foi totalmente furtado. Furtaram todos os cabos, todos os fios e o que eles não conseguiram furtar foram todos danificados. A nossa equipe, no comando da Gabriela, nossa engenheira, que está aqui presente, foi lá e ficaram por volta de 10 dias com aproximadamente 6 eletricitas trabalhando incansavelmente para repor a iluminação daquela área.

Fizemos o serviço, deixamos de atender alguns outros bairros da cidade, que é nossa obrigação manter

a cidade iluminada, para atender essa parte que já estava iluminada. Fizemos o retrabalho, muito complexo. Entregamos no domingo, dia 9, salvo engano, sexta-feira, dia 09. No domingo, dia 11, infelizmente furtaram de novo.

Estivemos lá ontem, eu, o Eduardo, diretor técnico, a Gabriela, engenheira. Furtaram novamente mais ainda do que já tinha sido furtado. Hoje o Espaço Alternativo, aquela passarela linda que temos ali está toda apagada. Ontem tinha 6 equipes nossas lá trabalhando para tentar repor aquela iluminação, mas infelizmente vai demorar um bom tempo para a gente conseguir repor aquilo ali. Só citei aquilo como exemplo. Os dois trechos da BR, que compreende o Trevo do Roque até a Universidade Federal — Unir, quase 100% está apagado; Trevo do Roque até a Faro (Faculdade de Rondônia) também está praticamente 100% apagado. Tudo devido a furtos de cabos e transformadores.

Excelentíssimo Deputado, além da questão que comentamos muito, da questão de usuários de entorpecentes, que fazem pequenos furtos, estão acontecendo também os furtos mais qualificados — não sei se assim devo chamar —, que é de transformadores. Então, naquela região da BR já são 8 transformadores furtados, que eu acredito que é alguém mais especializado. Para subir em um poste e tirar um transformador, tem que ter o mínimo de expertise para conseguir fazer esse serviço.

Então, só uma pequena explanação, depois eu posso voltar com a palavra aqui. Estou à disposição.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Obrigado, Gustavo.

Convido agora para fazer uso da palavra o Capitão PM Castro, neste ato representando o 5º Batalhão da Polícia Militar.

Antes do Castro começar a falar, perdão, a assessoria legislativa vai passar e as pessoas que estão presentes e quiserem fazer uso da fala, para começarmos as inscrições e, após a Mesa fazer uso da fala, estará aberta também, franqueada a palavra aos demais presentes.

O SR. EDILENO DE SOUZA CASTRO – Meu muito bom dia ao Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Eyder Brasil; ao Excelentíssimo Senhor Delegado Paulo Kakionis, companheiro, já me permito a liberdade de trabalharmos na Segurança Pública; ao meu Comandante Tenente Coronel Robinson Brancalhão; Major Amorim, Comandante do 1º Batalhão e, eu, estou representando o Comandante do 5º Batalhão. Nós aqui na cidade, cada Batalhão tem uma área de atuação e o 5º Batalhão é responsável pela Zona Leste. Eu, com muito calor no coração, chamo “a minha, a nossa Zona Leste”. Então, o 5º Batalhão, nós somos responsáveis por mais ou menos 210 mil pessoas que moram nessa região. E o 5º Batalhão, assim como a Polícia Militar como um todo, nós trabalhamos 24 horas em prol da segurança pública. O nosso trabalho é incansável, mas para mim é uma

honra fazer parte desta Mesa.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Agradeço ao Capitão Castro. Seja muito bem-vindo.

Franqueio a palavra agora ao Major Amorim, Comandante do 1º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Rondônia.

O SR. WILTON NASCIMENTO AMORIM – Um bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar a Mesa, em nome do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Eyder Brasil, proponente desta Audiência Pública; algo que realmente deveríamos falar sobre ela. É importante que esse assunto seja amplamente discutido e debatido. Cumprimentar aqui ao nosso amigo Delegado Paulo Kakionis, Diretor de Departamento de Polícia do Interior, alguém com quem já tivemos outras oportunidades de trabalhar juntos em algumas atividades e podemos testar na ponta da linha a utilização da Segurança Pública como um todo.

Cumprimentar o Tenente Coronel Robinson Brancalhão, meu comandante imediato, Comandante do Policiamento Regional de Policiamento I da Polícia Militar do nosso Estado; o Capitão Castro e o Senhor Gustavo Beltrame, da Emdur, que muito tem assistido a Polícia Militar, sobretudo, quando acionamos para uma área que se encontra em questão de escuridão, enfim, porque a gente sabe que segurança pública é todo um contexto e não se faz segurança pública somente com Polícia Militar.

Senhores, a respeito do tema principal da Audiência, que foi tratado aqui, confesso aos senhores que ela é uma situação bastante problemática. É algo que tem que ter a atenção do Estado como um todo, não só essa, mas diversas áreas de atuação. O problema é que essa, quando um fio daquele é retirado, ele não atinge uma pessoa específica, assim como a questão dos furtos e roubos em que, normalmente, o indivíduo atingido é aquele que teve o seu bem perdido. Nesse caso do furto e roubo de fio para a retirada do cobre, que a gente já tem ideia que seja nessa direção, a gente sabe que muitas pessoas são prejudicadas.

Eu vi o Gustavo Beltrame falando aqui sobre a questão dos transformadores. A gente sabe, realmente, que essa questão dos transformadores, nós já temos informações, informam os levantamentos, que não se trata desse mesmo indivíduo que faz o furto do cobre. Aí já é, realmente, uma quadrilha. Para os senhores terem uma ideia de como o indivíduo que vive à margem da sociedade está sempre pensando uma forma de fazer diferente, a gente já tem mais ou menos o modus operandi dele. Ele coloca um pneu, daqueles de trator, embaixo, sobe no poste, corta o transformador. O transformador cai no pneu, ele coloca no caminhão e leva.

Então, para os senhores verem que, por vezes nós estamos aqui tentando combater e o indivíduo que está lá, ele está pensando: "Como eu vou fazer para roubar aquilo ali agora?" Então, não adianta a gente

aqui ser hipócrita e dizer que nós vamos acabar com a situação do crime. Não vamos. Nós precisamos minimizar essa situação. Por quê? Porque a questão do furto de fios é uma questão — como eu disse aos senhores — muito complexa pelo fato de que quem normalmente faz a ruptura e a retirada desse material é o indivíduo que usa para consumir entorpecente. Existe uma conexão muito grande com relação a isso. E essa dificuldade sai do âmbito da Polícia Militar, adentra — obviamente — o campo da Polícia Civil, porque fazer a prisão desse indivíduo em flagrante já é muito difícil. E por vezes a nossa legislação também, que por ser frouxa em alguma das suas nuances, não permite que a Polícia Civil adote ali os procedimentos que têm que ser feitos. Porém, contudo, todavia, entretanto os senhores nos esperam, nos chamam aqui para que nós tenhamos respostas, porque as pessoas querem saber o que vai ser feito. Porque os problemas o senhor já falou, major; que é difícil todo mundo sabe; mas o que vai ser feito com relação a isso?

Para que os senhores tenham ideia, eu acho interessante que as pessoas saibam, porque isso é um problema crônico e não atinge somente a questão de roubos e furtos de fios, mas outras esferas sociais também. Nós tínhamos um problema em Porto Velho anteriormente — e eu lembro que eu combati em algumas oportunidades — que era a venda de DVD pirata na Avenida Sete de Setembro, zona leste, na Avenida José Amador dos Reis e na Jatuarana. Aquela questão foi resolvida depois que criaram Netflix e outros programas de entretenimento, porque eu deixei de ter consumidor, eu deixei de ter quem revendesse essa atividade. Enquanto eu tiver pessoas destinadas a comprar produtos de ilícito, eu vou ter quem vai fazer o furto. O indivíduo não faz um roubo na Sete de Setembro e atravessa a cidade com cabeamento nas costas para fazer a troca. Não, não. Ele quer o local próximo, porque o indivíduo que faz o crime quer facilidade. Um roubo planejado, o indivíduo verifica qual é a melhor rota de fuga para ele. Então essas são as questões que temos que ponderar por conta desse planejamento.

Por conta disso, o 1º Batalhão fez o levantamento necessário com relação aos locais, alguns desses locais que têm atuado nessa compra. E eu não tenho problema nenhum em dizer, porque na verdade a intenção não é que seja feita uma operação secreta nesse sentido, porque eu não quero que o cara compre mais. Essa é a realidade, eu não quero que ele compre. Alguns, por esperteza, realmente, e outros até mesmo por ingenuidade. O cara chega lá com o material e ele acaba comprando; muito embora em tempos atuais falar de ingenuidade, talvez seria ingenuidade nossa. Mas nós já remetemos à Polícia Civil, inclusive com um ofício essa semana, e tal qual nós fizemos na rodoviária recentemente — uma atuação do 1º Batalhão que foi uma ação pautada em nível de Estado, porque ali não foi uma operação da Polícia Militar, ali foi uma operação da Semfaz (Secretaria Municipal da Fazenda), da Semusb (Secretaria Municipal de Serviços Básicos), da Polícia

Rodoviária Federal —, a ideia é que tenhamos outros órgãos envolvidos, a exemplo do que a Polícia Civil já fez em uma oportunidade, e que nós possamos realmente combater aquele indivíduo que está comprando isso e fomentando esse aumento dos roubos em nosso Estado. Porém eu ainda quero alertar os senhores, eu vou falar da área do 1º Batalhão — tenho certeza que depois o Tenente Coronel Robinson deve afetar as demais —, e eu vou dizer sobre o meu nível de responsabilidade. E aí é importante que as pessoas também saibam, porque eu preciso de dados para poder trabalhar; eu preciso de dados para poder alocar viaturas, alocar guarnições e aumentar a ostensividade e efetividade do meu policiamento. Mas eu tive, de janeiro até o dia 10 de março, 55 chamadas na área do 1º Batalhão sobre roubo e furto de fios; furto, basicamente, de fios de energia para retirada do cobre. Dessas 55 ocorrências, em torno de 10 a 15% foram tentativas, então o fato não foi consumado; das 55 ocorrências, eu tive ali um número de pelo menos 6 ou 7 flagrantes, que a gente pegou o indivíduo lá no poste tentando tirar. “Desce daí, tá preso, vamos levar para a Central de Polícia”. E as demais, infelizmente, o indivíduo conseguiu consumir. Só que se eu faço essa divisão, senhores, ao longo dos três meses, eu vou ter em média um roubo por dia, um furto por dia de fios de energia.

A grande problemática é que — como disse para os senhores no começo da fala —, o furto do fio de energia não afeta uma pessoa, ele afeta um quarteirão, afeta um bairro. Eu estive no Espaço Alternativo no domingo, e a minha mãe veio do Espírito Santo e está visitando a cidade, e até eu fiquei constrangido, porque a região é bonita, é um local bom para você levar as pessoas e estava muito escuro; e a primeira coisa que ela falou: “pô, mas está tão escuro aqui”. E eu sabendo que os caras tinham furtado os fios. E por ser responsável da área me dá mais tristeza ainda, porque tal qual a gente atuou na rodoviária, aquelas pessoas dizendo “nossa, tá feio aqui”, alguma coisa tem que ser feita.

Então saibam que pela parte da Polícia Militar, do 1º Batalhão, as ações estão sendo tomadas; a gente sabe da problemática; estamos atuando; e fácil não é, porque engloba uma série de outras situações. Entendo que tem que ser uma atuação em conjunto, mas podem ter certeza que os esforços estão sendo envidados para que a gente consiga minimizar o problema. Acabar, não sei se vamos conseguir; mas com certeza nós vamos minimizar o problema. Muito obrigado a todos.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Obrigado, Major Amorim, pela sua contribuição. Quero convidar agora para fazer uso da fala o Tenente Coronel PM Robinson, Comandante da RP1 (Regional de Policiamento I).

O SR. ROBINSON BRANCALHÃO DA SILVA - Bom dia, Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Eyder Brasil, proponente desta Audiência Pública; Senhor Delegado de Polícia Civil Paulo Kakionis, Diretor do

Departamento de Polícia do Interior, representando aqui a Polícia Civil do Estado; Major Amorim, Comandante do 1º Batalhão; Capitão Castro, representando o Comandante do 5º Batalhão; e o Gustavo Beltrame, Presidente da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano — Emdur. Bom dia a todos os presentes.

Eu gostaria, antes de iniciar a minha fala, de agradecer, deputado, por essa oportunidade, porque a lei é a expressão do querer social. E o querer social se consubstancia, segundo o Parágrafo Único do Artigo 1º da Constituição Federal, diz que a lei, todo o poder emana do povo que o exerce através dos seus representantes eleitos — são os nossos deputados, os nossos senadores em nível federal, os nossos deputados estaduais no Estado e os vereadores do município.

Então, a pauta da Segurança Pública é uma pauta de interesse comum de todos, de todos. Não há quem não conheça ao menos uma pessoa que foi vítima de violência no Brasil. Nós temos um tripé de desenvolvimento. Está ombreando a Saúde, a Educação e a Segurança Pública. Então, eu gostaria de agradecer por trazer à baila essa discussão. Inclusive, nós temos muitas outras sugestões de pauta. Oportunamente podemos passar para trazermos a discussão e o debate, porque aqui estão os representantes do querer social. Por vezes refoge da nossa atribuição de gestor público, mas está dentro da esfera de atuação de um ator político, uma proposta de norma ou regulamentação que venha possibilitar uma atuação efetiva.

Recentemente houve a troca do comando da Polícia Militar. O Coronel Padilha, quando assumiu, tomou um posicionamento de trabalhar com informações. Importante destacar que existe uma diferença substancial entre dado e informação. A informação é um dado tratado. Por exemplo: alguém te liga e fala: “olha, acabou a água na sua casa”. Isso é um dado que não serve para nada. Tem que saber: acabou a água por quê? Cortou a luz? Queimou a bomba? Secou o poço? De posse dessa informação é que você vai poder tomar uma atitude factível. Do contrário, o simples dado é imprestável. Então, o Coronel Padilha, Comandante da Polícia Militar, tomou esse posicionamento de nós tratarmos informações.

O colega consegue disponibilizar o mapa aqui para nós? Por favor, já está lá? Esse é um mapa, no monitor, dos locais onde houve furto de cabos elétricos nos primeiros meses do ano de 2022. Por que é importante eu ter esse dado georreferenciado? Ali, clicando — é porque lá está só o print —, mas aqui no computador eu consigo saber o horário, eu consigo saber circunstâncias que podem me apontar um possível mercado ilícito desse tipo de atividade. E eu pego esse dado, trato esse dado, transformo ele em uma informação, e a partir daí o Estado vai poder tomar uma atitude factível. Se impossível do ponto de vista da gestão pública, entra em ação o querer social, que é o Legislativo. Por isso a importância, deputado, dessa Audiência Pública.

O Brasil tem o SISBIN, Sistema Brasileiro de Inteligência, que tem três esferas de atuação. A

Inteligência de Estado, cujo órgão central é a Agência Brasileira de Inteligência, a ABIN; existe a Inteligência de Segurança Pública, que é isso, é eu obter informações através do tratamento de dados para eu direcionar e carrear atuações de Estado na Segurança Pública; e eu tenho a Inteligência Policial, que é mais afeta à Polícia Judiciária, que se presta para consubstanciar a prova em um eventual processo.

Nós não fazemos investigação criminal. Nós fazemos produção de conhecimento e de inteligência de segurança pública. É isso o que nos Estados Unidos eles chamam de cop stat, não tem uma tradução literal, mas seria a orientação da ação voltada ao problema. Seria mais ou menos isso. É eu colocar a estrutura de Estado onde ela deve estar. Para isso tem que saber o horário, eu tenho que saber como que funciona, qual é o perfil e se existe algum tipo de padrão.

Assim que assumiu o Comando Regional de Policiamento I — responsável por todos os batalhões de Guajará-Mirim, os batalhões de Porto Velho, Candeias, até Itapuã —, nós ativamos a Agência Regional de Inteligência lá do Comando Regional, que está acima dos Núcleos de Inteligência dos batalhões. E nós estamos carreando o tratamento desses dados e devolvendo para os comandantes de unidade para que eles, na ponta da lança, consigam levar a cabo ações como a que aconteceu recentemente na rodoviária. Algumas pessoas até ficaram admiradas. A Defensoria Pública, no seu papel de defesa de vulneráveis, até pediu informações corretamente. Nós encaminhamos essas informações. Quem se recorda, que passava ali na rodoviária, estava se tornando uma cracolândia, um antro de consumo de droga.

Então, nós fizemos um levantamento e uma produção de conhecimento de inteligência, com vídeos, com fotos, acionamos o Ministério Público, acionamos outros órgãos de Estado, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Urbanismo, por exemplo, para demolir prédios que serviam de reduto para consumo de drogas. Isso teve uma consequência.

Eu me lembro quando estudava na Universidade Federal de Rondônia, entre os anos de 2016 e 2018, eu levei a cabo um mestrado, e a minha pesquisa se deu na identificação de vetores de condutas delituosas no ambiente urbano. Uma delas é a falta de iluminação. Um dos vetores são prédios abandonados, públicos e privados. A Constituição Federal diz que a segurança pública, além de ser dever do Estado, é responsabilidade de todos. Por vezes, o município ou o Estado deve instar o particular para demolir ou cercar o prédio, como aconteceu naquele prédio que era um banco, ao lado da rodoviária. Ao ser instado, o particular cercou.

Do outro lado anterior, foram demolidos vários prédios. Se vocês passarem lá na frente, dá para ver lá que foi destruído. Tivemos mais de 15 estabelecimentos comerciais fechados, que eram pontos de distribuição de drogas. Um deles foi fechado duas vezes no mesmo dia. Um bar. Por volta das 21:00 horas, tive uma conversa com o Major Amorim, e “temos que fazer alguma coisa

na rodoviária”, porque quem chega de fora, o cartão postal da capital do Estado é um antro de podridão.

E ainda temos que levar em consideração a condição humana de quem está lá. Quem está lá é toxicômano, deve ser tratado — o traficante deve ser preso, rigorosamente —, mas o toxicômano naquela condição, que não consegue sair, deve ser tratado. Só que eu não posso proporcionar condições de uso também.

Então, foi feita essa ação com esse rigor, mas feita após o levantamento das causas e dos vetores que proporcionavam aquela ação ali. O Major Amorim falou que enquanto tiver quem compra, vai ter o mercado. Senhores, isso aí é o mercado ilícito. Todos os países do mundo, países desenvolvidos, eles tratam o crime do ponto de vista do mercado. Ninguém se explode numa escola porque terá uma grande recompensa no paraíso, no Brasil. Nós não temos motivadores religiosos extremistas no Brasil.

Aqui é o mercado. E é feita uma conta inversamente proporcional: possibilidade de ser preso ou morto e quanto que ele vai ganhar. Assim se forma o mercado ilícito. Esse mercado ilícito — eu queria que o colega trocasse aqui do painel o mapa, eu mandei dois mapas, põe o segundo mapa —, esse mercado não é só de fio. Eu tenho fio elétrico; eu tenho cabos de fibra óptica; eu tenho hidrômetros — isso que está parecendo aí são hidrômetros da Caerd (Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia). Só em Porto Velho, 203 hidrômetros furtados no início do ano, em Porto Velho. Prejuízo milionário. E não existe almoço grátis, senhores. Alguém vai pagar, que é o consumidor.

E aí nós falamos, por que alguém está furtando hidrômetro? E fomos verificar. Cada hidrômetro tem lá 900 gramas de cobre dentro. Então eu tenho um mercado ilícito de cobre. Não se trata, Doutor Paulo, de um simples furto de responsabilidade do departamento de polícia da área. A meu sentir — e nós estamos produzindo esse conhecimento, depois para compartilhar com a Polícia Civil —, é o caso de uma especializada atuar. Se eu tenho mais de R\$ 500 mil por ano de prejuízo com o furto de hidrômetros em Rondônia, em vários municípios — só em Porto Velho, quase 300 no início do ano —, e eu consigo identificar aqui alguns hotspots. É que eu não consigo passar o mouse, vocês podem ver que tem uns locais que são mais juntos, têm mais pontos, mais ou menos no mesmo horário, às vezes 15, 12, na mesma rua à noite, e próximo ali. Nós mandamos uma ordem de serviço para as unidades, para que as Agências de Inteligência levantassem todas as sucatas em suas respectivas áreas, e nós vamos analisar depois esse dado, ver se existem compradores de cobre próximos desses locais.

Como disse o Amorim, a grande maioria dos perpetradores dessa conduta são usuários de droga, que eles vão lá e movimentam esse mercado ilícito. Entrega lá o objeto do furto — seja o fio elétrico, seja o transformador, seja o hidrômetro — e com aquele dinheiro ele passa a movimentar o mercado de drogas.

Eu tenho um palpite, que se eu estiver próximo desses hotspots um local que compra sucata, possivelmente, teremos que ter a participação da Polícia Judiciária; eventualmente, uma busca e apreensão, algo mais estruturado, porque eu tenho uma organização ali, não são aqueles furtos de ir no pino, apareceu a oportunidade, furto de oportunidade, apareceu e levou. Eu posso ter um mercado estruturado, porque nós temos aqui o Presidente da empresa, da Emdur, dizendo que é uma cota quilométrica de cabos, na BR, na rua, no bairro, no condomínio, na construção.

Então eu tenho um mercado ilícito estruturado. Esse mercado está sendo identificado com o tratamento dos dados, e a partir dessa identificação é que o Estado vai poder direcionar a sua ação. E o resultado dessa atuação, desses perpetradores, na grande maioria — de quem executa na ponta da linha, não de quem recepta — de quem executa, a mão de obra é por pessoas vulneráveis. São os vulneráveis sociais, chamados de “os esfarrapados sociais”, usuários de droga que estão abaixo da linha da miserabilidade.

Eu tenho vinte anos de Polícia. É bom o diálogo, deputado, na Assembleia, porque nós falamos o linguajar do povo. Aqui é chamado a Casa do Povo. Em vinte anos de Polícia eu conheci pessoas que disseram assim: “eu uso cocaína tem quinze anos”; outros: “eu uso maconha tem vinte anos”. O crack, não; o crack, não. A pessoa tem uma vida útil de seis anos no máximo. Ou ele sai, ou ele morre. Depois do primeiro ano ele perde todos os freios morais e ele vai para esses antros, que chamam coloquialmente de “cracolândia”, “casa dos artistas”, “BBB”. São esses locais como o que nós destruímos lá na rodoviária, a construção. E ele usa droga, usa, usa, usa até ter uma completa estafa física, física. Ele desmaia, o corpo desliga, ele dorme lá dois dias e ele acorda e sai igual um zumbi esfarrapado na rua atrás de mais droga. E aí eu tenho roubos, eu tenho furtos.

Consciente que eu não posso misturar, na condição de cristão, a graça e a misericórdia com a técnica. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Mas eu penso que nós poderíamos envolver as igrejas nesse debate, porque se eu vou lá na rodoviária e levo a comida, levo o café, aí eu tenho um chuveiro, tenho um abrigo, o camarada vai lá no semáforo e pega o dinheiro para usar droga, ele tem um ambiente que propicia ele a usar droga. De repente, nós tínhamos que conversar com as igrejas para nós direcionarmos essa assistência — essa graça e essa misericórdia — para que eu possa resgatá-lo. Reconhecer a condição humana daquele usuário e resgatá-lo. E não proporcionar que ele fique lá. Em alguns lugares é muito fácil até, porque ele vai no semáforo, consegue R\$50, R\$80, R\$100 reais por dia, que ele compra droga, e na hora do almoço vai o almoço, à noite vai a sopinha, aí alguém proporciona um banheiro lá, de boa intenção, de bom coração, querendo ajudar, fazendo o papel de cristão. Mas pode ser que não esteja ajudando. Poderíamos então envolver a sociedade civil organizada, as igrejas nesse debate.

Na operação que o Major Amorim encabeçou, na

rodoviária, foram apreendidos mais de 300 invólucros de droga em 1 dia. Quer dizer então que trezentas pessoas naquele dia iriam usar droga ao lado da rodoviária. Ao lado da rodoviária. Então, perceba que eu volto de novo para a discussão do mercado ilícito. E qual que é o papel da Segurança Pública? É isso aqui. É nós apresentarmos “olha, dentro da minha área de atribuição eu, Polícia Ostensiva, eu consigo uma repressão qualificada nesse modo”. A nossa coirmã, Polícia Civil, responsável pela repressão, §4º do art. 144 dos crimes, ela vai atuar repressivamente ali pós o cometimento do delito. E o Poder Judiciário vai tomar lá as medidas processuais.

Mas existem outras medidas que são medidas de Estado. É eu inviabilizar aquele moribundo, usuário de droga que movimenta esse mercado, é eu desestruturar essa articulação criminoso. Entra o papel de fiscalização dos deputados e, mais uma vez eu agradeço porque é a primeira vez, deputado, que eu venho a uma Audiência Pública para discussão de tão importante tema. Uma vez eu fiz uma reunião sobre Segurança Pública em Nova Dimensão. Nova Dimensão é um distrito de Nova Mamoré. Não tem nem asfalto, leva três horas de carro da BR lá. E deu 342 pessoas. Nós íamos falar sobre Segurança Pública. É um assunto que todo mundo está interessado, porque envolve eu, a minha família. Quando eu não estou de serviço a minha família está em casa. E quando eu não estou de serviço, eu estou integrando a sociedade que eu protejo quando eu estou trabalhando. Um assunto de primeira monta. De primeira prioridade.

Se vocês observarem o município de Porto Velho — eu cheguei em Rondônia em 1991 —, qual que era o status, em 1991? Embora eu não tivesse status, eu morava lá no fundão do Caladinho, uma casa humilde. Mas eu via aqui no centro, o status era uma casa com uma grade na frente, assim, um jardim bem bonito. O mercado mudou, hoje o status é um condomínio fechado com um muro de nove metros de altura, seis fios elétricos e duas concertinas. Por quê? Segurança Pública. A primeira coisa que o vendedor fala quando ele vai te oferecer uma casa em um condomínio ou um apartamento é: “ó, lá é seguro”. Entendeu? E quem não consegue morar lá? Como é que faz? Fica exposto? E aí entra o papel do Estado com essa função típica e exclusiva de Estado, que é a Segurança Pública. As nossas ações estão sendo feitas assim, com o tratamento dos dados, com a identificação da problemática, com a identificação de possíveis receptadores, possíveis mercados ilícitos e, a partir daí, já iniciou, sob a batuta do Comandante-Geral, após janeiro, essa visão excelente, a meu sentir, de modificar essa forma de atuação.

Eu vou, como os americanos fizeram nos Estados Unidos, a Universidade de Chicago, desde a década de 1920 do século passado, tem uma carteira exclusiva de Segurança. Eles estudam a criminalidade lá. Gary Becker foi Prêmio Nobel de Economia em 1992, um dos cunhadores, dos que cunharam a teoria econômica do crime. E ele diz isso: “É custo-benefício”. Eu tenho que pegar e entender a economia ilícita para eu apontar qual será a medida de Estado efetiva, porque senão eu

tenho um monte de dinheiro público que é investido e eu tenho solução de continuidade. Como um Programa que existiu tempos atrás — bem intencionado, mas inútil — chamado “Crack, é possível vencer”, um programa do Governo Federal. Custou quase 700 milhões de reais. Qual era a ideia? Aquisição de ônibus — os ônibus estão ali, tem um no 1º Batalhão e outro no 5º — equipados com tecnologia de ponta. Seriam construídos postes de mais de 20 metros de altura com câmeras speed dome nas capitais. Essas câmeras identificariam locais — porque teria controle, pelo ônibus seria possível controlar —, locais de consumo de drogas. Esses usuários seriam recolhidos e entregues para o Ministério da Saúde. Só que esqueceram, Deputado, de combinar com os russos. O Ministério da Saúde não participou do planejamento. O que aconteceu? Quase R\$ 700 milhões de dinheiro público e uma solução de continuidade.

Do ponto de vista da gestão de projetos, da relação com os stakeholders, com os envolvidos, foi um sucesso. Mas do ponto de vista da atuação do policy maker, eu, o Amorim, o Doutor Paulo, aqui o Capitão Castro, o Major Pontes, que é o Comandante da Zona Sul, foi um fracasso, porque não serviu para nada. O dinheiro público tem dono, que é a comunidade, o pagador de imposto. É por isso que é importante que nós tenhamos uma ação que seja direcionada, pensada e efetiva.

Mais uma vez, deputado, obrigado por essa oportunidade de levar para a comunidade rondoniense o que está sendo feito e como está sendo feito para esse enfrentamento. Se alguém tiver alguma dúvida, algum esclarecimento, eu estou à disposição. Muito obrigado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Obrigado, Tenente Coronel Robinson, Comandante do Regional de Policiamento I do nosso Estado de Rondônia, como já falou, compreende os batalhões da capital e até Guajará-Mirim.

Convido agora para fazer uso da palavra o Excelentíssimo Senhor Delegado Paulo Kakionis, que é Diretor do Departamento de Polícia do Interior, representando a Polícia Civil do Estado de Rondônia.

O SR. PAULO KAKIONIS – Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Eyder Brasil, a quem cumprimento e estendo os cumprimentos aos demais deputados desta atuante Assembleia Legislativa, aproveitando para parabenizá-lo pelo tema, como foi muito bem comentado aqui pelos meus antecessores, de extrema relevância para a sociedade e, acima de tudo, atual, que vem atingindo a sociedade de uma forma a causar bastante prejuízo em todos os nossos segmentos. Trago também os cumprimentos do Doutor Samir, que não pôde estar presente por conta de outro compromisso previamente agendado, mas deixando os cumprimentos a Vossa Excelência.

Cumprimento o Tenente Coronel Robinson Brancalhão, que foi muito esclarecedor e comentou tecnicamente todas as atribuições tanto da Polícia Militar quanto da

Polícia Civil. Aproveitar, coronel, para parabenizá-lo pelo excelente trabalho que vem realizando aqui na capital, no comando do policiamento, e pelo excelente trabalho que realizou na região de Nova Mamoré, de Guajará-Mirim e toda a extensão nos distritos de Nova Dimensão. Como ele bem comentou aqui, realizou um excelente trabalho, inclusive social, promovendo reuniões e conseguindo trazer tantas pessoas — 342 pessoas, como foi comentado —, e agora está aqui conosco presente na Assembleia Legislativa.

Ao Major Amorim, nosso colega atuante, nosso parceiro, como já foi bem colocado aqui e que tem realizado um excelente trabalho também, aproveito para parabenizá-lo da participação nessa última operação que foi feita pela Polícia Militar, que é um trabalho também social, não só policial, tanto que participou com outras instituições.

Capitão Castro também, da mesma forma, estendo os cumprimentos. Aproveito também para cumprimentar todos os oficiais e praças da Polícia Militar, que têm atuado bastante, não só no combate aos furtos de fios, mas como no policiamento ostensivo de um modo geral, sendo bastante atuantes na nossa capital e em todo o Estado de Rondônia. A Polícia Militar é fundamental e nossa parceira de primeira mão, sempre. Ao Presidente da Emdur, Gustavo, nosso parceiro também. Aproveito para cumprimentar também o nosso prefeito, que tem atuado no combate também ao furto de fios. Nós temos feito parcerias que são bastante relevantes e que, logo à frente, nós vamos comentar.

Aproveitar também para cumprimentar Doutor Júlio Ugalde, que está aqui presente, nosso Delegado de Polícia, que atua na Secretaria de Segurança e que também é parceiro tanto da Polícia Militar como da Polícia Civil com as atuações relevantes na nossa Secretaria do Estado de Segurança Pública, que tem apoiado a Polícia Civil incondicionalmente e também a Polícia Militar e, ademais também, o próprio Corpo de Bombeiros e todas as Forças de Segurança.

Então, aproveitando, como já disse anteriormente, o tema é de bastante relevância e eu vou aqui me restringir mais à atuação da Polícia Civil. E desde já deixar a sociedade ciente que a Polícia Civil tem atuado não só isoladamente na investigação — que é o papel da Polícia Civil, a atribuição é de investigar —, atua depois que o crime ocorre, em regra; mas não se limita tão somente a isso diante das parcerias que nós temos tanto com a Polícia Militar quanto demais órgãos de fiscalização. E aqui está o nosso Presidente da Emdur, Gustavo, que realizou, em conjunto com a Polícia Civil operações visando o combate a esse crime tão grave que assola todo o nosso país.

E eu quero aqui ampliar o tema, deputado; não o tema, a amplitude do tema. Porque agora há pouco eu estava conversando com o Gustavo e estava dizendo para ele, olha, recentemente, no final de semana, eu estava assistindo uma reportagem de âmbito nacional, salvo engano, na TV Record, aquele Domingo Espetacular, de âmbito nacional e estava fazendo um comentário,

fazendo uma análise sobre furtos de fios que têm ocorrido, não só em Porto Velho, não só em Rondônia, mas em todo o Brasil. Não estou falando isso para me justificar, estou dizendo isso tão somente para ampliar, porque o nosso debate aqui na Assembleia Legislativa, e eu tenho certeza que é por isso que o deputado marcou essa Audiência Pública, para levar adiante o tema, não só em nível de Estado, mas também dado o fato de se tratar de uma Audiência Pública realizada na Assembleia Legislativa, chegar também até o Congresso Nacional. Com toda certeza.

E foi constatado que nesses primeiros meses do ano — esses são dados que foram publicados na reportagem, então eu trago dados e estou replicando aqui —, que no início do ano foram 4 mil quilômetros de fios subtraídos das fornecedoras de energia elétrica e também de telefonia. Ou seja, foi feita até uma comparação que seria mais ou menos de São Paulo a Manaus, estendida aquela quantidade de fio, no começo do ano. Só no começo do ano agora. E eu acessei a internet aqui, peguei alguns dados também do ano de 2020. Foram 27 mil metros, 27 mil quilômetros, perdão. E 81.090 quilômetros em 2021. Ou seja, esses dados iniciais que eu trouxe agora, relativos ao ano de 2022, na verdade, na internet ele divulga o número de 7.940, que foi um dado levantado pelas fornecedoras tanto de energia elétrica como de telefonia.

Então nós temos que, no geral, a quantidade é grande, o prejuízo material é realmente grande se você for constatar tão somente o valor do fio, mas não se limita a isso, porque como foi bem colocado aqui pelo nosso Presidente da Emdur e pelo major também, nós tivemos, na verdade, a subtração. Quando a gente considera a subtração de fios em um determinado local, a potencialidade lesiva em relação à sociedade é muito grande, porque subtrair fios do Espaço Alternativo não só o prejuízo material a sociedade comporta, mas como prejudica também a caminhada de quem está fazendo caminhada naquele local, praticar exercício físico, e favorece o criminoso, porque na escuridão fica mais fácil de ele abordar uma vítima e conseguir escapar ileso sem, inclusive, ser identificado. Porque para identificar o indivíduo, geralmente ele vem de boné, ele vem de cabeça baixa, e se você tiver escuridão favorecendo, dificilmente vai conseguir localizar. Inclusive, o indivíduo furta, vai lá, tira a camisa, troca, coloca outra camisa, e a Polícia Militar, mesmo atuando rapidamente, por não ter as características daquele indivíduo, também pode não obter êxito na prisão em flagrante desse indivíduo. Então, prejuízo total.

Recentemente nós tivemos — não é, Gustavo — ali na Avenida Guaporé foram quase 2 mil metros de fio furtados. E a Emdur, evidentemente, tem que deslocar ali todo um efetivo. E para encontrar o local onde foi cortado o fio eu sei que dá um trabalhão. À Polícia Civil cabe fazer a investigação, identificar o autor do fato, ou seja, a autoria e a materialidade que tem que ser constatada. Então basicamente é isso: a Polícia Civil tem que atuar constatando o fato, na constatação,

quando ele deixa vestígio é necessário que se comprove a materialidade do crime e a autoria; essa é a função investigativa da Polícia Civil. Nesse tipo de crime, ocorre que cada fato dá ensejo à instalação de um inquérito policial, porque é uma investigação isolada; ou seja, nós temos uma grande dificuldade aí, porque cada fato tem que ser investigado isoladamente, a menos que a gente consiga comprovar a existência de uma ligação entre eles; na existência de uma organização criminosa que a gente consiga comprovar a unidade de desígnios de todos esses fatos entre si.

E o que ocorre? Tão logo ocorre o fato, necessariamente, é registrado um boletim de ocorrência. Isso é feito pela Polícia Militar que comparece no local, muitas vezes consegue inclusive efetuar a prisão do indivíduo, e outras vezes não. Ou é registrado um boletim de ocorrência na Delegacia de Polícia, e a partir da notícia desse fato a Polícia Civil vai instaurar o inquérito policial e iniciar a investigação visando identificar o autor desse fato. E, na maioria das vezes, o que ocorre é que esses autores do fato, como já foi comentado — Polícia Militar, todos os policiais militares aqui e os oficiais comentaram —, na verdade são, em regra, nesses furtos menores, furtos de fios, são praticados por pessoas que são viciadas em drogas.

Essas pessoas que são viciadas em drogas, geralmente, como já foi adiantado aqui, como nós temos aqueles usuários que são frequentes, já são antigos usuários, viciados, na verdade, ele acaba, a partir do momento em que se torna um viciado, a vida social dele — também familiar — acaba se deteriorando, muitas vezes acaba se transformando, entre aspas, em zumbis, pessoas que vivem nas ruas. E de sorte que essas pessoas, a partir do momento que chegam a esse ponto de se tornarem completamente dependentes da droga e terem destruído a sua vida social e familiar, ele passa a ser na rua um “Zé Ninguém”, entre aspas, uma pessoa que você não identifica. Dificilmente, também, ele tem um local fixo. Então, a partir do momento que ele comete um crime, ele vai levar para o receptor — e eu vou falar do receptor daqui a pouco — e depois ele vai se evadir do local. Ora, ele pode continuar praticando furto de fios naquela mesma região ou ele pode também se ausentar; vai de um lugar para outro, da zona sul para zona leste, e vai contando com a sorte. Ou seja, a Polícia Militar, quando chega ao local, depois da ocorrência, não consegue fazer a prisão do indivíduo na hora — isso acontece muito —, então vai ficar para a Polícia Civil a incumbência de identificar esse indivíduo. Agora, esse indivíduo é um morador de rua, geralmente; e o morador de rua geralmente você não identifica facilmente; você chega no local, quando a Polícia vai diligenciar, vai procurar de todas as formas o agente de Polícia que vai fazer a investigação, ele utiliza de todos os meios, inclusive de inteligência, mas na maioria das vezes, nesses casos, é investigação de local. O investigador vai até o local e procura identificar, só que geralmente essas pessoas são como nômades, uma hora está aqui, outra hora está ali e dificilmente são

identificadas. Então, há uma dificuldade sobremaneira da Polícia Civil de conseguir identificar o indivíduo. E ainda assim, quando identificado, é difícil encontrá-lo. A Polícia vai ao local e dificilmente encontra. E quando encontra, também é difícil levá-lo à delegacia para ser ouvido, para que ele apresente a versão dele.

Nós atuamos dentro da estrita legalidade, tanto a Polícia Civil como a Polícia Militar devem atuar, mas não de qualquer jeito. Nós atuamos dentro da legalidade, nós temos regras, sob pena de cometermos eventual abuso de autoridade. Então, estava até comentando isso agora com o nosso Presidente, a atuação deve ser pautada na legalidade, de sorte que até o momento em que nós identificamos, nós também não podemos simplesmente pegar aquela pessoa e conduzir à delegacia de qualquer forma, sob pena de infringir os direitos daquele cidadão. Ele tem direito de ser intimado; ele tem direito, também, de quando chegar na delegacia ter direito à assistência de um advogado; no momento do interrogatório, ele tem direito inclusive de não responder.

Então a investigação, para se chegar a uma autoria, é difícil; muitas vezes, quando se chega, é difícil inclusive de conduzir essa pessoa até a delegacia para que seja ouvida. Então é uma investigação difícil. E a investigação, como eu disse anteriormente, tem que ser feita uma investigação fato por fato. E hoje, deputado, acredito que — vou falar como delegado de Polícia, isso é uma opinião pessoal, não é uma opinião minha — eu acho que a nossa legislação é branda, porque hoje o furto de fios ocorre da seguinte forma: o indivíduo vai lá, corta o fio, não pratica violência contra ninguém, ele faz aquilo ali às escuras, ou seja, não é um crime cometido mediante violência, e aquela quantidade de fio, individualmente, é pequena, ainda que cause um grande dano à sociedade, à iluminação pública, ao funcionamento do hospital, da escola que na manhã seguinte o aluno chega para estudar, não tem ar condicionado, não tem energia, prejudica... Mas o crime é patrimonial e a gente tem que se ater ao que determina o Código Penal.

O Código Penal estipula uma pena para aquele crime. E dependendo da pena, ou mesmo se pegar flagrante, o delegado de polícia, quando estiver lavrando o auto de prisão em flagrante, deve arbitrar a fiança. E se não o fizer, por qualquer motivo que seja justificado ali perante a legislação, ainda assim o autor do fato é submetido a uma Audiência de Custódia judicialmente e ali, em regra, ele é liberado. Essa é a regra. O juiz vai investigar, ele vai atuar caso a caso também, mas ele também está vinculado ao que determina a lei. E aí o crime acaba compensando. Acaba compensando, porque é difícil identificar.

Quando ele pratica o fato e a Polícia Militar consegue chegar a tempo e efetuar a prisão — isso muitas vezes acontece —, ele é autuado em flagrante, mas daqui a pouco está na rua. E como foi comentado aqui antes, eu já me surpreendi uma vez, foi comentado agora, que em uma mesma noite foi feito o tráfico, dois crimes de tráfico de drogas no mesmo local. Eu já tive

um caso uma vez, atuando na Central de Flagrantes, só para poder ilustrar, em que o indivíduo foi preso por roubo em um dia, durante o dia. Eu fui fazer o plantão noturno no dia seguinte, a Polícia Militar conduziu novamente o mesmo indivíduo. A Polícia Militar trouxe o mesmo cara preso e era eu que estava de plantão. Falei: "Você fugiu?". O cara falou: "Não, eu fui para rua e me pegaram de novo." Eu falei: "Outro crime?" Apesar de ter sido um crime de roubo — não sei qual foi o critério e também isso não é crítica ao Judiciário, porque o juiz atua também pautado dentro da legalidade —, mas ele se livrou, solto, rapidamente, e isso com certeza não é culpa nossa.

Isso é, na verdade, a legislação que determina. Nós atuamos dentro da legalidade e, diga-se de passagem, isso não é competência da Assembleia Legislativa. Isso é competência do Congresso Nacional. Quero deixar bem claro aqui que a nossa atuação, no que diz respeito à lei — a lei penal é federal. Então, a Assembleia Legislativa não tem como aqui criar uma lei para o Estado de Rondônia e nós aplicarmos aqui. Isso não pode acontecer.

Então, diante desse contexto nós sentamos aqui e, para poder justificar a atuação da Polícia Civil, nós procuramos em algum contexto, nós tivemos aqui contexto isolado — eu digo isso aqui, eu fui delegado da 1ª Delegacia de Polícia Civil aqui da área central —, e diante dessa quantidade de crimes que vinham ocorrendo, considerando que o crime isoladamente de um furto de fios, geralmente, não vai resultar em prisão, eu fiz o que o Coronel Robinson acabou de falar aqui, agora. Isso tem que ser enfrentado em um contexto, porque isso é realmente, estão praticando furtos um atrás do outro seguidamente. E eu fiz isso, coronel, eu instalei um único inquérito policial. Eu fiz isso. Instalei um único inquérito policial e nesse inquérito policial eu determinei que se fizesse um levantamento de todas as ocorrências do último trimestre. Falei: "Junte todas as ocorrências do último trimestre relativo a furto de fios".

E aí o nosso SEVIC (Serviço de Vigilância, Investigação e Captura) fez um levantamento dos ferros-velhos que possivelmente estavam adquirindo esse produto, esse material. A gente sabe que o destinatário final e que fomenta isso são os receptores. Porque se não tiver receptor, de fato, vai tornar sem lógica o furto. E nós fizemos isso, atuamos, fizemos uma investigação longa, identificamos, fizemos o mapeamento também e fizemos uma representação solicitando que fossem expedidas buscas domiciliares, buscas nos estabelecimentos comerciais que seriam os potenciais compradores desse material.

E depois de todo aquele trabalho, exaurido tudo o que foi feito, fazia em nível de identificação, nós tentamos fazer isso dentro da legalidade, atuando de acordo com o Código de Processo Penal e justificando o nosso pedido, mas devido ao indeferimento do Judiciário, o juiz aplicando a lei — o entendimento dele —, ele disse que as condutas são individualizadas e devem ser, então, feitas as representações. Ela não pode ser genérica

de forma alguma. Ela deve ser concreta em cima de cada caso. E nós tivemos, então, o indeferimento. Não conseguimos realizar uma operação nesse caso, nesse contexto sozinho.

E isso foi de encontro também à atuação da Emdur, por parte da Prefeitura que vem sofrendo essas consequências, tentando atender a sociedade. Eu digo isso também como cidadão. Eu vejo a atuação diária, eu vejo o desespero do Gustavo, do nosso Presidente, para tentar amenizar isso. E como ele comentou aqui agora, furtaram os fios lá do nosso Espaço Alternativo, passaram dez dias lá para restabelecer a iluminação, e assim que fez isso, os vagabundos já foram lá e furtaram novamente.

Então, diante da dificuldade de nós dispormos de poucos meios processuais e pelo fato de termos que fazer investigação individualizada, nós fomos por outra vertente, em conjunto com a Emdur, e montamos uma equipe, fizemos, e estamos atuando conjuntamente com a fiscalização, com diversos órgãos da Prefeitura — todos comandados pelo Presidente da Emdur —, e nós fizemos parceria. E junto com a fiscalização, a Polícia Civil tem atuado adentrando nos estabelecimentos, junto com a fiscalização, sem cometer qualquer ilegalidade. E essa fiscalização realizada em conjunto tem resultado positivo. Toda vez que nós realizamos, cai bastante, porque gera insegurança para o receptor que vai adquirir aquele produto, mas está sujeito a, eventualmente, ser visitado pelos órgãos de fiscalização da Prefeitura, e com a Polícia Civil, que aí, sim, identificando uma situação criminosa, que seja caracterizada como um crime, nós atuamos.

Então, essa parceria dentro do que é possível, dentro dos instrumentos que nós dispusemos hoje, ela tem sido bastante eficiente, mas isso não elimina, não elimina ainda assim a prática do crime. Porque o criminoso é persistente, mas pelo menos com a insegurança do receptor, sabendo que eventualmente pode sofrer uma fiscalização e ser responsabilizado também criminalmente, diminui bastante.

Então, essas são as minhas considerações, deputado. Fico aqui à disposição para o que for necessário.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Quero agradecer a contribuição, a expertise e todo conhecimento do Doutor Paulo Kakionis, Delegado de Polícia. Ele que hoje é Diretor do Departamento de Polícia do Interior, da nossa Polícia Civil; e que eu quero que o senhor leve meu abraço ao Delegado Geral da Polícia Civil, Doutor Samir, que muito tem contribuído com o nosso mandato.

Quero registrar aqui, agradecer a presença do meu amigo Major Pontes — Comandante do importantíssimo Batalhão, 9º Batalhão dos militares —, assim como é o 5º, assim como é o 1º aqui na nossa capital, que tem um grande trabalho, que é proporcionar segurança ao nosso povo rondoniense, em especial dentro da área da sua competência. Se quiser sentar à Mesa aqui conosco, está convidado, Pontes.

Quero aqui registrar e agradecer a presença do

Excelentíssimo Senhor Doutor Júlio Ugalde, ele que é Delegado de Polícia também e, neste ato, representando o nosso Secretário de Estado da Secretaria de Segurança Pública, Defesa e Cidadania, Coronel Pachá.

Quero agradecer e registrar a presença do Senhor Marco Antônio, ele que é Analista de Patrimônio da Oi, na pessoa de quem eu já quero franquear a palavra para aqueles que se inscreveram, para também trazerem o seu relato acerca do tema. Se quiserem fazer uso da tribuna, fiquem à vontade. Até mesmo para que possam, a nossa galeria, a nossa equipe aqui da técnica, nossa Audiência Pública está sendo transmitida pelo nosso canal no YouTube, de modo que muitos outros rondonienses estão participando dessa Audiência Pública, desse importante tema. Marco, se quiser fazer o uso da tribuna, fique à vontade. Vai fazer daí mesmo? Perfeito.

Então, com a palavra, Marco Antônio, Analista de Patrimônio da Oi, uma das empresas que mais sofre com essa questão, com os furtos. Temos representantes da Claro também aqui, como já foi citado no início. Sejam bem-vindos.

O SR. MARCO ANTONIO LISBOA MALFORTE - Bom dia. Bom dia, senhores. Cumprimentar o Deputado Eyder Brasil, muito obrigado pelo convite, por estar aqui hoje; as demais autoridades; o Presidente da Emdur; o Comandante do 1º Batalhão, Major Amorim; as demais autoridades, muito obrigado.

Quero dizer parabéns, deputado, pela iniciativa, pelo convite. E dizer que hoje, aqui, nessa grande oportunidade de estar aqui falando, já há muito tempo que nós da Oi temos debatido sobre o tema junto à Segurança Pública, e dizer que estar aqui hoje é um motivo de muita alegria e honra.

Então, senhores, quero falar que nós há muito tempo já viemos sofrendo com furtos de cabos de energia e cabos metálicos que atendem a população com internet, através da telecomunicação. E, assim, o maior motivo que tem causado esse grande aumento nos furtos, pelo que nós levantamos, é o aumento do valor do cobre, que já chega a R\$ 39 reais o quilo. Se você for observar, uma pessoa que compra 10kg de cobre, chega a R\$ 390 reais. Então para o viciado, o usuário de droga, para ele é muito fácil ir lá, furtar e vender isso aí e obter um valor aquisitivo para poder fazer uso do seu vício. O nosso maior problema hoje na cidade, no Estado de Rondônia — tenha sido aqui em Porto Velho, Ji-Paraná, às vezes em Vilhena —, mas hoje estamos sendo afetados aqui na região central de Porto Velho. Um prejuízo que no ano passado chegou a mais de meio milhão de reais, somente em furtos de cabo proveniente de cobre.

O que mais nos preocupa é que às vezes o próprio sucateiro, a própria pessoa que compra sabe que é um produto proveniente de furto. E às vezes nós mesmos tomamos iniciativa de ir lá conversar com o sucateiro: "olha, esse produto é um produto de furto, é um produto que pode... Até mesmo você, que é um

trabalhador de bem, pode ser prejudicado com isso". E mesmo assim, nós vemos que a pessoa continua comprando, alimentando ali o próprio vício dos viciados.

E a grande maioria também dos prejudicados não é só a Oi, não são só empresas de telecomunicações. A própria Segurança Pública também é afetada, as próprias escolas públicas, o próprio Estado é afetado. Por quê? Na maioria das vezes, quando ocorre o furto de cabo, acaba vandalizando a nossa fibra, o backbone (rede de transporte) nacional, que por dado momento fica ali, temporariamente, uma cidade isolada. E às vezes, se a Segurança Pública precisar atender uma ocorrência, como vai atender se não tem telefone? Como vai um hospital atender ali, passar uma informação rápida, se não tem ali um sinal de internet?

A gente conta com o apoio do senhor, deputado, e dos demais colegas da Segurança Pública. Sabemos que é difícil, por conta desse aumento do furto; é difícil até mesmo o controle dessas ocorrências, não é, mas a gente conta com o apoio em ter novas leis que possam apertar para punir essas pessoas que realizam os furtos, as pessoas que compram esses produtos provenientes de furto. E é isso, tá?

Quero já agradecer a minha fala, agradecer a oportunidade de estar aqui.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Obrigado, Marco Antônio, representante da Oi. Acredito que ele fala também pela representante da Claro, que sofre, que padece com esses furtos que vêm aumentando no Estado de Rondônia, como bem citou aqui, não só em Porto Velho, mas também em Ji-Paraná, Vilhena. Eu acredito que outros municípios, de uma forma menor, mas também que vêm acontecendo.

Para iniciarmos o nosso debate, eu gostaria de abrir a fala aqui. E aí, Marco Antônio, você falou de novas leis. Tem uma lei estadual, que é a Lei 5.305, do dia 13 de janeiro de 2022. É uma lei desse ano. É uma lei estadual, que foi votada nessa Casa, teve a nossa contribuição. É uma lei de autoria do Deputado Jhony Paixão, que inclusive prevê multas para aqueles estabelecimentos comerciais, seja de pessoa física ou jurídica, que adquirirem esse material e se eles não estiverem com a origem. Por exemplo, eu tenho uma oficina de sucata, major, aí eu venho lá, qualquer pessoa — e aí nós sabemos, porque infelizmente os usuários de entorpecentes têm uma característica, eles têm um perfil —, chega lá na minha porta, vem trazendo um pacote com cobre. E aí eu compro, sem perguntar a origem.

Hoje, a lei vigente de janeiro deste ano está dizendo que se esse empresário, seja ele pessoa física ou jurídica, adquirir esse cobre e a fiscalização do Estado — que aqui é um assunto que nós vamos já nos encaminhar no final dessa audiência, fazer os nossos encaminhamentos —, que é a regulamentação dessa lei. Porque não adianta a lei estar vigente se não tem uma regulamentação. E aqui, essa audiência, coronel, vai contribuir para isso, para nós buscarmos

a regulamentação dessa lei, colocar os pingos nos is, dizer quem serão os responsáveis por essa fiscalização e de que forma ela será. Porque o que não podemos é, enquanto Estado, ver o crime acontecer, ver o crime aumentar de proporção e ficar de braços atados. Ficamos aí como espectadores.

Então, nós temos as nossas funções. Nós temos as nossas obrigações. E a Audiência Pública se trata disso. Porque como muito bem foi falado aqui, quando acontece o crime, o furto de fios elétricos, de cabos elétricos, não está prejudicando só as empresas, não prejudica só a Oi, não prejudica só a Claro, não prejudica só a Energisa. Prejudica os consumidores desse serviço. E muitas vezes os consumidores são hospitais, são escolas, são os órgãos públicos que necessitam desse cabeamento. E por conta, por razão desse crime, eles vão ficar aí horas ou talvez até dias...

A gente recebeu aqui um relato, um testemunho de uma seguidora, uma internauta que está acompanhando a Audiência Pública, a Senhora Renata Honório, que fala assim: "pena que fala não se traduz em ação. A Escola Jânio Quadros, na zona leste, não voltou às aulas presenciais porque roubaram os fios de energia elétrica desde o ano passado".

Enquanto parlamentar, enquanto representante do povo, eu não posso receber essa denúncia da Dona Renata Honório e ficar de braços atados. Nós, militares, e aqui eu me coloco, me incluo nesse universo de militares rondonienses, na pessoa do Coronel Padilha, que é o Comandante-Geral, é a ponta do iceberg da nossa força de segurança, não podemos ficar de mãos atadas e ficar olhando a população reclamar e não fazermos nada. Esta Audiência se torna de grande relevância por isso. Porque por mais que as pessoas não tenham sentido na pele o furto de um cabo, o furto de um fio elétrico, outras estão sem acesso à educação; muitas vezes as cirurgias deixam de acontecer porque não tem energia elétrica. Então cresce de importância, cresce de relevância para que as pessoas possam se atentar para refletir sobre esse tema. Existe uma legislação em vigor no Estado de Rondônia, existe uma legislação que é um pouco mais branda em nível municipal que, infelizmente, a gente não vê a execução delas. A gente não vê a fiscalização delas.

O motivo, o objetivo maior desta Audiência Pública é trazer informações como trouxe o Coronel Robinson, é trazer informações como trouxeram o Doutor Paulo, o Gustavo, da Emdur, os representantes da Oi e da Claro. A sensibilidade da ponta da linha dos comandantes dos batalhões que estão ali, na ponta da linha, fiscalizando e que, infelizmente, por conta de uma legislação frouxa, faço minhas as palavras do Major Amorim: "prende de manhã, à noite já está roubando novamente", infelizmente.

Só que como falaram aqui, é um ciclo econômico ilícito, mas é um ciclo econômico. E aqui eu quero fazer uma analogia para a minha vida hoje, atual, como político. Se não houvesse quem recebesse o dinheiro da corrupção, da compra de votos, não existiria o comprador de

votos. Por que muitos políticos não fazem campanhas? Porque sabem que no dia da eleição vai lá dar 50 ou 100 reais e vai ter alguém que vai receber esse dinheiro. Infelizmente, essa é a grande verdade.

Uma das formas que nós temos de coibir isso, Major Amorim, como eu falei ali atrás, é o que está previsto na lei. A fiscalização tem que ser no receptor. E muitas vezes esse receptor não está nem aí, quer saber é do lucro. Como mostrou aqui o Major Robinson Brancalhão, a gente precisa dessas informações, desses locais. E as operações têm que ser nesses locais, porque se não tiver quem compre, não vai ter quem roube para vender.

Então acredito que um dos primeiros passos é esse. Já tenho aqui, só para adiantar, a gente vai solicitar, o nosso gabinete vai solicitar essas informações, coronel, que o CRP I (Comando Regional de Policiamento) tem, que o Comando Geral da Polícia tem, para buscarmos subsidiar uma minuta de Decreto para o Poder Executivo Estadual, para que nós possamos identificar e aí, sim, trazer informações precisas, que são os dados trabalhados, como muito bem explicou aqui, para nós fazermos uma operação efetiva, uma coibição.

Faço minhas as palavras do Major Amorim, novamente, não somos hipócritas nem temos aqui a ousadia de dizer que nós iremos acabar com esse comércio. Mas precisamos fazer com que o nosso povo rondoniense, uma pequena parcela dele, não sofra, e não da forma que está acontecendo, que é esse aumento realmente exponencial de roubo de fios; que a gente não está preocupado apenas com as empresas, a gente está preocupado com o consumidor final desses serviços que elas disponibilizam.

Quero passar a palavra, já para os nossos debates, para o Coronel Robinson.

O SR. ROBINSON BRANCALHÃO DA SILVA – Alguém tem algum questionamento sobre o que eu falei? Alguém? Pode ficar à vontade. Não? Então, vamos lá.

Eu volto a insistir, deputado, na questão do mercado ilícito. O maior fator de dissuasão não é a quantidade da pena. Criminalmente falando, em sede de lei federal, compete privativamente à União legislar sobre Direito Penal, isso é fato.

Realmente o combate deve ser individualizado, como bem esclareceu o Doutor Paulo, porque o Direito Penal é o ultima ratio, quando o “por favor” não funciona mais, que entra lá a questão criminal. Só que não é possível. Na experiência que eu tive em Nova Mamoré, quando tinha muito furto de determinado objeto, nós não conseguíamos prender os furtadores, nós atacávamos os receptadores. Eliminando o mercado, você eliminava aquele tipo de atividade. Ele ia buscar outro meio ou ia para outra cidade onde era mais facilitada aquela atuação delituosa.

O maior fator de dissuasão de um crime não é a quantidade da pena, mas é a certeza da punição. O Gary Becker chama isso de dissuasão e de incapacitação. O

que é a dissuasão? Certeza que vai ser punido. Eu posso ter um crime que a pena é de 40 anos de reclusão. Se eu tenho 98% de chances de não ser punido, ele vai praticar porque o custo benefício é muito baixo. O custo é baixo e o benefício é alto. Pode ser 6 meses de reclusão, mas se praticar é 6 meses de grade. A dissuasão vai ser maior. E o que é a incapacitação? É eu tirar ele do mercado. Por exemplo, alguém pratica um crime de receptação, em continuidade eletiva ou um concurso de crimes, pega lá, doutor, 1 ano de reclusão. Se ele for preso e lá no presídio tiver acesso a um celular, ele não saiu do mercado, não foi incapacitado. Se ele ficar totalmente fora do mercado, quando ele sair, ou vai ter alguém no lugar dele ou aquele mercado não existe mais.

Então, sobre a Lei 5.305, de 13 de janeiro de 2022, no artigo 2º diz sobre a obrigatoriedade de informar qual é a origem da sucata obtida. O que é sucata? É algo que teve uso comercial anterior e foi ali inutilizado. E o artigo 10 dessa lei, lei estadual, diz que mediante Decreto será regulamentada essa norma.

Então, fica uma sugestão para a Casa do Povo, deputado, que, eventualmente, o senhor pode se reunir com o nosso comandante-geral e analisar a possibilidade de que esse Decreto aponte que a Polícia Militar tenha poder de Polícia Administrativa para fazer essa fiscalização. E a lei, no artigo 9º, diz o seguinte, que a destinação da multa e a destinação dos valores arrecadados com a venda do material também vai ser regulamentado pelo Decreto. Por exemplo, o valor da multa e o valor obtido com a venda do material apreendido pode ser carreado para o Fundo de Reaparelhamento da Polícia Militar. É uma sugestão. Eu não falo aqui em nome da Polícia Militar sobre esse fato, mas é uma sugestão, que esse Decreto de regulamentação possa ser feito dessa forma. Por quê? Porque se eu posso, se eu tenho poder de polícia não necessitando de uma busca e apreensão, Doutor Paulo, mas eu tenho poder de Polícia Administrativa para fiscalização, como a Vigilância Sanitária pode entrar em um restaurante, abrir o freezer, olhar a validade dos alimentos. Ela pode fazer isso, não precisa de busca. Se eu tenho poder de Polícia Administrativa dado — os Bombeiros, nas estruturas — por Decreto regulamentando uma lei, que é o querer social, o querer da sociedade, consubstanciado aqui pelos representantes, e eu passo a fiscalizar, aí eu vou ter dissuasão. E nessa dissuasão eu posso identificar elementos suficientes para ter uma incapacitação em sede de processo, em sede de crime.

Fica a sugestão, deputado, para o senhor levar.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Obrigado. Inclusive no parágrafo 2º do artigo 9º já prevê essa reversão.

“§ 2º Os valores arrecadados com as multas poderão ser utilizados na forma indicada em decreto, devendo ser revertidos, preferencialmente, para Políticas Públicas de Enfrentamento e Combate a Violência.”

Vou passar a palavra aqui para o Major Amorim. E aí, major, eu queria pedir a sua colaboração. Tem

uma emissora de TV esperando por uma entrevista, e enquanto eu vou aqui, o senhor toca aí.

O SR. WILTON NASCIMENTO AMORIM - Sim. Sem problema nenhum.

É só uma complementação com relação a essa intenção e necessidade que os senhores vão ver que nós precisamos, que nós fazemos parte, inclusive, de todo o processo. E aí lembrei do colega da Oi que esteve recentemente no 1º Batalhão, nos reunimos para falar sobre essa demanda. Expus a eles também, tal qual aqui, as inúmeras dificuldades não da atividade policial, mas de todas as nuances que compõem essa questão. Mas, recentemente, na semana passada, o CIOP — Centro Integrado de Operações — ficou praticamente um dia sem receber ligações pelo 190. Ou seja, as pessoas precisando falar e não tinham como, por conta do furto de cabo de energia.

Então, entendam e vejam que essa questão atinge todos nós como sociedade. Uma vez que eu, policial militar aqui, fora do meu serviço, tento ligar para o 190 e não consigo, eu também fui atingido por essa demanda. Então a gente precisa realmente atuar. Esse debate aqui é formidável no quesito que fomenta as formas de tentativa de resolução ou no mínimo de minimizar essas questões.

O Tenente Coronel Robinson havia comentado ali, eu comentei com o Doutor Paulo Kakionis que, na verdade, nós já temos uma legislação prevista para esta questão, que está lá no Código Tributário Nacional, que é o seu artigo 78, que amarra lá que é o poder que a administração pública tem que fazer. E ali, quando ele fala sobre o poder de polícia, eu não digo o poder da Polícia, mas poder de polícia quanto Estado. Eu só acho que a gente precisa ampliar um pouco mais para que a gente possa realmente bater na porta lá do camarada que está comprando essa situação para que ele possa, realmente, ser fiscalizado por todos os entes. Porque eu entendo que como Estado atuando, nós teremos uma possibilidade de resolução muito maior do problema.

Eu comentava aqui com o nosso Presidente da Emdur, e sei das inúmeras dificuldades, sobretudo econômicas, para que essa situação ocorra, mas durante essa questão, um amigo lá do Espírito Santo, que está visualizando a Audiência, vinha falando que lá no Espírito Santo já está ocorrendo a troca dos fios para fios antifurto, que têm detecção, entre outras modalidades. Por que, senhores? É até ruim falarmos sobre isso, mas a grande verdade é que dada essa questão de legislação, dada essa questão de leis, dada a questão de aumento populacional que cresce em PG (Progressão Geométrica) e não em PA (Progressão Aritmética), como nós gostaríamos, tudo isso fomenta as ações criminosas. E nós como sociedade temos que estar a todo tempo verificando formas de combater o ilícito; o ilícito muda e a gente tenta combater ele. Então, a gente sabe da dificuldade sobretudo econômica, porque isso eu tenho certeza que acarretaria um custo sobremaneira para a Emdur, mas quem sabe

uma possibilidade de tentar reforçar esses cabos ou de colocar medidas que possam dificultar. Por quê? O indivíduo que faz o crime quer facilidade, ele vai no que é mais fácil, mais prático. Se ele vir uma residência que não tem grades e janelas, é lá que ele vai tentar entrar. A gente verifica isso.

Os condomínios ainda são a parte mais segura, sobretudo pela questão da segurança. Então, se eu tenho um pouco mais de dificuldade, esse indivíduo vai migrar para uma nova ação criminosa. Então, fica aí a consideração nesse aspecto no sentido de que talvez a gente possa, como sociedade civil organizada, que é esse o nosso papel, tentar dificultar e melhorar as nossas questões de segurança nesse quesito, que no momento nos atrapalham e nos trazem tanto transtorno.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Quero agradecer a fala do Major Amorim. E é muito importante, realmente.

Passo agora a palavra ao Gustavo Beltrame, Presidente da Emdur.

O SR. GUSTAVO BELTRAME – Major, a gente, realmente, tem feitos várias alternativas para tentar dificultar o máximo possível as ações desses criminosos. Mas, infelizmente, eles têm um tempo de sobra para ficar fazendo essas; então a gente tem inclusive dificultado o nosso trabalho depois de manutenção; a gente tem concretados os cabos que são subterrâneos, no Trevo do Roque é todo subterrâneo e todo concretado. A vala, a gente tem cavado o mais fundo possível e concretado, o que dificulta muito a nossa manutenção depois, mas ele tem um tempo hábil para ficar ali cavando e quebrando concreto até achar o cabo; ele não consegue levar um pedaço muito grande, mas ele consegue danificar a rede. Então esse é um ponto.

O outro ponto, a gente tem feito ligações por outros locais, o viaduto da rua Três e Meio que foi furtado nos últimos seis meses quatro vezes; nós mudamos as ligações por vários outros locais, e eles acabam usando da madrugada, dos finais de semana.

Então, assim, eu pedi mais a palavra por conta dessa fala agora. Eu acredito que o efetivo da Polícia Militar não seja tão grande suficiente para ficar fiscalizando todos os pontos vulneráveis. O Trevo do Roque é um ponto muito vulnerável para a gente na parte de iluminação. E ali no entorno do Trevo do Roque tem muita sucata, sucateiros, locais de descarte desse material. Então uma proposta minha para essa Audiência, deputado, é a questão do envolvimento da população. A gente tem trabalhado muito essa questão, porque é o seguinte: a gente precisa envolver a população nessa questão, porque se a gente coibir hoje, é praticamente enxugar gelo; amanhã o cara vai furtar de novo, depois

de amanhã vai de novo; e ele sai da parte central do Trevo do Roque e vai para a periferia, ou ele pula o muro de uma escola, como foi citado. As escolas municipais têm sofrido muito com esses furtos nos finais de semana; por mais que tenham vigilantes armados nas escolas, mas eles acabam conseguindo burlar essas fiscalizações e furtar os cabos.

Então, assim, eu acho que a educação da população, mostrar para a população que o prejuízo é dela, porque não existe dinheiro público — não é? —, o dinheiro é da população; não existe dinheiro da Prefeitura, não existe dinheiro do Estado, não existe dinheiro do Governo Federal; o dinheiro é da população. A população é que paga os impostos, os tributos e tudo mais. Então quando a Emdur deixa de fazer uma melhoria, de colocar led no bairro, por exemplo, no Cristal da Calama, trocar as lâmpadas de vapor de sódio, de vapor metálico por led para ir socorrer no Espaço Alternativo ou no Trevo do Roque que foi furtado, é o dinheiro da população que nós estamos empregando no lugar que já tinha sido feito.

E antes de ontem nós tivemos uma reunião com o Vereador Alex Palitot na Semtran (Secretaria Municipal de Transporte) a respeito dos ciclistas. Infelizmente, na sexta-feira, ocorreu um acidente com um ciclista na BR-364, o qual teve sua vida ceifada. E aí a Federação dos Ciclistas, de mountain bikes e tudo mais fizeram uma reunião com a gente — com a Semtran e com a Emdur — pedindo algumas melhorias. E aí o ponto que nós levamos mais é o seguinte: é a educação no trânsito. Não adianta iluminar, não adianta sinalizar. Então, se o motorista não respeitar o ciclista e o ciclista não respeitar o motorista, vai continuar morrendo gente, vai continuar tendo acidente para o resto da vida.

Outro exemplo que eu vou citar, a Prefeitura de Porto Velho fez uma obra gigantesca — não é nosso assunto aqui, mas só como exemplo — no bairro Lagoa; fez uma drenagem maravilhosa e continuam acontecendo algumas alagações ali quando acontecem chuvas mais fortes em Porto Velho. E aí a gente recebe, a Prefeitura como um todo recebe críticas, denúncias que fez a obra e continua alagando. Quando a gente corre lá para verificar o que aconteceu, deputado, não é questão da obra. É lixo no bueiro. Na frente da Unimed, dos bueiros ali foi tirado pneu, pedaço do sofá, roupa, sacola plástica... A população tem que ajudar.

Então, voltando para o nosso assunto, eu peço, em todas as entrevistas que eu dou sobre a questão dos furtos, eu peço encarecidamente que a população ajude a olhar. Então, quando vir alguma questão, alguém não está com uniforme, não está devidamente equipado com capacete, luva, EPI (Equipamento de Proteção Individual) ou com algum carro plotado perto de um poste, subindo em um poste, ou no chão cavando um buraco, que pare, que ligue para a polícia, para o 190 ou

que acione a Emdur ou algum outro órgão competente. Porque, realmente, a gente precisa desse apoio, porque só a Polícia Militar ou só a Polícia Civil investigando o pós não vai conseguir.

Então, a gente precisa do apoio da população para conseguir levar isso adiante e conseguir melhorar cada vez mais a cidade de Porto Velho. Obrigado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Obrigado, Gustavo. Quero agradecer aqui a uma internauta, amiga de uma assessora nossa, que está lá em Porto Alegre. Ela falou que esse problema de furto de fios não é só aqui. E a Prefeitura de Porto Alegre — estou recebendo aqui um folder, um flyer —, que está fazendo a campanha daquilo que nós falamos agora há pouco: a educação para a população. Dizendo: “Alerta: furtar fiação pública é crime. Receptar materiais furtados também é crime.”. Então, já começa a ser pensado e aqui é a sugestão que nós encaminharemos tanto para o Poder Público Estadual, Executivo Estadual, como para o chefe do Executivo Municipal também, que façam essas campanhas publicitárias de combate ao furto e à receptação de materiais roubados.

Passo a palavra agora ao Capitão Castro.

O SR. EDILENO DE SOUZA CASTRO - Isso que o Senhor Gustavo Beltrame falou, isso é Segurança Pública. A nossa legislação não prevê crime. Eu gosto muito de colocar na prática. Como eu falei agora há pouco, a Polícia Militar trabalha 24 horas. Cada um dos senhores e das senhoras é testemunha de que, eventualmente, vê a viatura patrulhando no seu bairro, na sua rua. E nós trabalhamos 24 horas.

Um exemplo hipotético aqui, às 3 horas da manhã, eu patrulhando, abordo — o trabalho da Polícia Militar é fazer abordagens também — e nessa abordagem, de novo nesse exemplo hipotético, um cidadão com uma sacola de fios, que eu, Polícia Militar, sei que é de procedência duvidosa. Porém não é crime, às 3 horas da manhã, andar com uma sacola de fios. O que eu, Polícia Militar, faço nessa situação? Pego o nome daquele cidadão, o nome que ele normalmente me informa, dificilmente ele vai estar com Identidade RG, ou uma Habilitação e qualifico ele. E, infelizmente, eu tenho que liberá-lo, porque, de novo, não é crime.

Recentemente na residência em que eu morava, eu fui vítima de um crime de furto. Furtaram o hidrômetro da residência em que eu morava. E, justamente, a gente sabe que tem, sim, o mercado consumidor. E como foi falado aqui, o crime é dinâmico. Nós coibimos de um lado, ele migra, ele se dinamiza para outro. E como o Gustavo Beltrame falou, quanto mais envolvimento da população, melhor vai ser para nós, porque isso é Segurança Pública.

Fica a minha pergunta: eu, como cidadão, será que quando eu, à noite ou na manhã seguinte, vi que faltou, que está sem energia no meu bairro, ou que está sem internet ou sem telefone na minha escola, no meu trabalho, na minha casa, na creche onde eu deixo o meu filho, será que eu informei às autoridades? Será que eu fiz o meu papel de cidadão? Porque muitas vezes quando vou deixar meu filho na escola e o diretor ou o professor diz: "Olha, hoje não tem aula porque roubaram os fios." Eu como cidadão, como pai de aluno, eu posso e devo registrar uma ocorrência, sim, porque foi o meu filho que foi prejudicado. Não é só o diretor daquela escola em si que, principalmente, vai fazer. Mas eu, como pai de aluno, devo fazer, sim, a minha parte e registrar a ocorrência.

Por que isso? As ocorrências que são registradas geram uma mancha criminal. Juntamente com a Polícia Civil, essa parte de investigação vai gerar — "Poxa, se naquela rua ou se naquele bairro está aumentando a quantidade de registros de ocorrência ou de furto de fios..." —, ela gera essa mancha e nós, como Polícia Militar, juntamente com a companheira Polícia Civil, fazemos um trabalho voltado para aquela área, para aquela mancha. Justamente para coibir, para disseminar. Só que se eu — é aquele quase trabalho de "gato e rato" — bato em cima daquela área, o que acontece com o crime? Ele é dinâmico. Ele vai para outra área e lá vamos nós, Polícia Militar, trabalhar junto com a Polícia Civil em cima disso. Mas nós como cidadãos devemos, sim, registrar ocorrência e fazer a nossa parte.

Estou vendo uma pessoa com uma escada precariamente montada, sem nenhuma identificação, subindo no poste ou simplesmente puxando um gancho lá no fio. Poxa, muitas vezes a gente passa direto, na nossa correria e a gente não se importa. Deveríamos nos importar, sim; 190, telefone da Polícia Militar, "olha, na rua tal, próximo ao comércio tal, da creche tal, tem um cidadão com camisa azul", enfim, dá as descrições e passa essa informação para a Polícia Militar, que vai ser despachada uma viatura para averiguar essa situação. Isso é papel de cidadão. É isso que nós devemos fazer, como cidadãos, porque a Segurança Pública é de todos.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Capitão Castro. Alguém mais gostaria de...

O SR. JÚLIO CESAR RODRIGUES UGALDE - Senhor deputado, se me permite rapidamente o uso da fala. Primeiramente, cumprimentar o senhor e parabenizar por essa discussão.

Quero rapidamente apresentar alguns pontos. Primeiro dizer que de última hora que eu fiquei sabendo que viria representar o Secretário. Cheguei na hora, mas tive problema de acesso aqui na Casa de Leis, porque mudou o acesso. Eu não sabia que era pelo

estacionamento. Quando cheguei, me informaram que tinha sido cancelada. Eu liguei para o gabinete, e disseram que não, está mantida. Até que eu consegui descobrir como chegar aqui. Pós-pandemia, eu ainda não tinha vindo à Casa de Leis. É por isso o meu atraso. E aí, eu não quis interromper nem me aproximar da Mesa, porque já havia ocorrido o uso da fala.

Dentro desse tema que nós estamos enfrentando na nossa sociedade, aqui na capital, — furtos diversos, mas o foco hoje é para cabos, fios de cobre — a gente tem dificuldade, naturalmente, como profissionais da Segurança Pública, exatamente porque ao longo dos anos a gente vem enfrentando o embate, Segurança Pública com uma legislação que vem prestigiando os direitos fundamentais. O que — não vou dizer compromete —, o que demanda ações outras por parte dos profissionais da Segurança Pública. De fato, isso vem acontecendo, o cidadão tem o direito a sua integridade física, o respeito à integridade física, a sua liberdade como regra, como foi pontuado aqui pelo Doutor Paulo. Foi pontuado pelo meu amigo, também, Coronel Robinson. E o gestor da Segurança Pública — eu vou falar em Secretaria de Segurança por estar atualmente na assessoria direta dos secretários —, tem que buscar meios dentro das possibilidades e competências que tem para buscar proporcionar maior sensação de segurança pública, contribuir diretamente para o bem-estar do nosso povo rondoniense.

Na Sesdec (Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania), o Coronel Pachá — que é o titular da pasta —, é altamente alinhado com o Doutor Hélio — que é o nosso Secretário Adjunto —, e eu costumo até dizer, há uma verdadeira simbiose nas tratativas dos problemas de segurança pública entre eles, exatamente buscando prestigiar, enaltecer a autonomia que tem a Polícia Civil, Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar e a Politec no desempenho das suas atribuições constitucionais e legais. Então resta ao gestor, diante desses desafios, apresentar alternativas.

Ao longo dos anos, o que foi feito dentro da Secretaria de Segurança — e aí eu falo também por outras gestões, porque estava na ocasião somando com os gestores? Investimento em inteligência, e foi bem destacado pelo Coronel Robinson, bem destacado, porque inteligência demanda que você tenha equipamentos, sistemas que possam fazer análises de dados, e esses dados são levados para as instituições da Segurança Pública para desenvolverem o papel, seu papel. De fato, a operação feita pelo Major Amorim e demais da Polícia Militar, ela não simplesmente surgiu na cabeça dele do nada. Me permita dizer, Major Tenente-Coronel, que foi feito um estudo primeiro para saber de que forma a Polícia e os parceiros da ocasião iriam atuar. Voltando ainda a essa questão do investimento, sempre

repite, respeitando a autonomia, que a Sesdec vem frisando aquisições de sistemas em suas atualizações; vem atuando, ouvindo as necessidades de cada uma das instituições vinculadas, e aqui foi falado de efetivo. Certamente que qualquer um dos gestores aqui das forças vinculadas à Sesdec queria ter o triplo de servidores policiais para comandar, para colocar na rua. Mas, infelizmente, por questões outras como a adequação orçamentária — que é um problema nacional, não só do nosso Estado —, precisam ser adotadas estratégias mais viáveis.

Para pontuar ainda aqui, é importante destacar: recentemente a Sesdec colocou para funcionar um colegiado de estudiosos que vão representar a Polícia Militar, Civil, Corpo de Bombeiros e Politec, que têm por escopo verificar os dados estatísticos que são recepcionados pela Segurança Pública, pelos seus diversos órgãos como um todo. E a partir daí apresentar uma análise, um conjunto de informações para que cada uma das instituições possa melhor desenvolver o seu problema diante dos diversos problemas que nós temos aí, que são apresentados. No caso de hoje, o furto de fio de cobre.

E ainda, dizer que no que depender da Sesdec, na análise ou mesmo na apresentação de uma manifestação sobre o possível Decreto que vai ser demandado regulamentando a lei que o senhor mencionou, dizer que lá nós vamos de uma forma rápida, de uma forma prática, auxiliar o secretário; o gabinete da Sesdec vai se manifestar para que possa a gente implementar efetivamente esse Decreto, essa regulamentação da lei mencionada.

Cumprimento os demais integrantes da Mesa, meu amigo Major Pontes aqui também e sociedade que se faz presente. Obrigado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Obrigado, Doutor Júlio César Rodrigues Ugalde, Delegado de Polícia, e nesse ato representando o Coronel Pachá, Secretário da Sesdec.

Eu vou passar agora aqui alguns encaminhamentos. E se eu tiver tido algum lapso de memória aqui, eu gostaria que contribuíssem, porque daqui dessa audiência — que eu fiquei muito honrado de presidi-la —, vão sair os encaminhamentos e as soluções debatidas na manhã de hoje. Umas possíveis soluções, na verdade, não é, Gustavo?

Então tem aqui uma reunião com o Comando da Polícia Militar que possa nos subsidiar com as informações, até mesmo de localizações, áreas quentes, áreas de calor onde têm o maior número de sucatas, o maior número de furtos. E ali, por consequência, o maior número de sucatas, haja vista que o próprio Coronel Robinson já passou essas informações, para a gente buscar minutar um projeto de regulamentação dessa lei estadual.

Eu quero pontuar também que na lei municipal, Gustavo, está previsto que inclusive em caso de reincidência dessas sucatas, dessas empresas que recepcionam esses materiais, em caso de reincidência, elas perderão inclusive o alvará de funcionamento, o alvará que é municipal. Então também cabe aqui ressaltar, já falei atrás que existem duas leis, a municipal e a estadual. E dentro da municipal, como é de competência do município, em caso de reincidência, está lá previsto no art. 4º, inciso II: “em caso de reincidência, esse estabelecimento perderá o alvará de funcionamento”. Então também é mais uma forma de incapacitar, que é a forma, que é aquilo que o Coronel Robinson passou.

E aí, um envolvimento da população. E como que seria esse envolvimento? Através de campanhas publicitárias. É a educação. Nós sabemos que temos aí a educação ambiental, educação financeira, educação de trânsito e também precisamos educar a nossa população, nesse caso específico, nós tratamos na manhã de hoje, combatendo o furto de fios e cabos elétricos. Não precisamos apenas pontuar o furto, e, sim, as consequências dele para a sociedade.

Acredito que quando nós começarmos a colocar luz nas consequências, a reflexão e a atenção dos gestores terão sido mais aguçadas. Furtar, existe todo tipo de furto. Mas quais são as consequências para esse furto de fios e cabos elétricos? Quem padece? Quem se prejudica com isso? Quando a gente coloca luz sobre esse tema dessa forma e desse prisma, eu acredito que os gestores tomarão mais noção da gravidade do problema.

Alguma coisa a mais a acrescentar?

O SR. GUSTAVO BELTRAME – Desculpa, só para complementar, deputado, é como o Major Amorim comentou, o furto de cabo é muito diferente do furto de um automóvel, não é, que dá prejuízo a uma pessoa. O furto de cabos dá prejuízo a centenas, às vezes milhares de pessoas. A BR-364, a qual está escura nos dois sentidos, passam ali, eu não tenho números, mas muitas e muitas pessoas utilizam a BR-364 todos os dias. Então, só para salientar isso aí.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) – Obrigado, Gustavo.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva, agradecemos a presença de todos que acompanharam essa ilustre solenidade, declaro encerrada a presente Audiência Pública e desejamos um excelente dia a todos, um excelente feriado e que Deus continue nos abençoando. Obrigado.

**(Encerra-se esta Audiência Pública às 11 horas
20 minutos)**

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº1168/2022-SRH/SG/ALE**

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

ALEX ALMEIDA TAVARES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-14, do Gabinete do Deputado Ribamar Araújo, a contar de 01 de maio de 2022.

Porto Velho, 02 de maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº1165/2022-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

JEANA ROGOSKI, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-25, do Gabinete do Deputado Alex Redano, a contar de 02 de maio de 2022.

Porto Velho, 02 de maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº1172/2022-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

LOTAR

O Servidor **MARCELO NUNES RODRIGUES**, Registro Estatístico 100087082, ocupante do Cargo de 3º SGT PM, pertencente ao Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes - QPPM, na Secretaria de Segurança Institucional, a contar de 18 de abril de 2022.

Porto Velho, 02 de maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº1173/2022-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

MARCELO NUNES RODRIGUES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Militar, código ASM, na Secretaria de Segurança Institucional, a contar de 02 de maio de 2022.

Porto Velho, 02 de maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº1167/2022-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

MARCELO RAMOS DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-01, do Gabinete do Deputado Jhony Paixão, a contar de 02 de maio de 2022.

Porto Velho, 02 de maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº1164/2022-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

MILENE CRISTIANE DA SILVA BARRETO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Militar, código ASM, na Secretaria de Segurança Institucional, a contar de 02 de maio de 2022.

Porto Velho, 02 de maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral ALE/RO